REFLEXÕES SOBRE INDISCIPLINA NA SALA DE AULA – UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA PARA O ENTENDIMENTO DA COMPLEXIDADE DESSA QUESTÃO: AUTORIDADE VERSUS AUTORITARISMO

BRUNA COSTA FERNANDES

RESUMO

Este artigo aborda a dificuldade de aprendizagem relacionada ao conceito de autoridade docente, entendida como o "direito ou poder de fazer-se obedecer, dar ordens, tomar decisões e agir", conforme definição do dicionário Aurélio. Observa-se que muitos alunos têm demonstrado desinteresse pelas aulas e pelo processo educativo. Embora diversos fatores contribuam para esse cenário — como o excesso de tempo de tela, a vulnerabilidade social, a falta de uma alimentação adequada, entre outros —, destaca-se o posicionamento do professor em sala de aula como um dos elementos centrais dessa problemática. Diante dos inúmeros desafios enfrentados no cotidiano escolar, o ato de ensinar tem sido, muitas vezes, secundarizado, enquanto o controle do comportamento de crianças e adolescentes passa a ser prioridade nas unidades educacionais. Nesse contexto, a autoridade docente assume um papel fundamental. O objetivo desta investigação foi demonstrar que a autoridade não deve ser desconsiderada no ambiente escolar; entretanto, quando exercida de forma inadequada, pode gerar problemas de indisciplina, intensificar o desinteresse dos estudantes e contribuir para o fracasso no processo de aprendizagem. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada principalmente nas obras de Paulo Freire e Julio Groppa, buscando compreender a distinção entre autoridade e autoritarismo, bem como os princípios éticos que devem nortear a relação entre professor e aluno. Observa-se que os estudantes têm valorizado cada vez menos a educação formal, influenciados pelo avanço tecnológico, o que torna a sala de aula um espaço progressivamente menos atrativo. Como consequência, comportamentos inadequados tornam-se frequentes, exigindo do professor um constante esforço para equilibrar a manutenção da ordem e o alcance dos objetivos pedagógicos estabelecidos para cada etapa escolar. Durante a investigação, levantaram-se hipóteses para explicar esse descontrole, tais como: estaria havendo uma confusão entre autoridade e autoritarismo? A formação inicial e continuada dos professores tem sido fragilizada frente às demandas contemporâneas da educação? Conclui-se que o exercício da autoridade democrática está diretamente relacionado à construção de um ambiente favorável à aprendizagem, no qual coexistam disciplina, liberdade e respeito mútuo. A autoridade fundamenta-se na competência, no compromisso ético e no diálogo, enquanto o autoritarismo se apoia na imposição, na coerção e na negação da voz do educando. Assim, o modo como a autoridade é exercida pode promover uma relação saudável e colaborativa entre professor e estudante ou, ao contrário, gerar afastamento e ruptura na interação pedagógica esperada.

PALAVRAS-CHAVE: autoridade, autoritarismo, indisciplina, desenvolvimento da aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O tema foi escolhido porque tenho observado que, em sua maioria, os alunos demonstram cada vez menos interesse pelas aulas. Um dos principais fatores que contribuem para esse desinteresse é o posicionamento adotado pelo professor em sala de aula. Vivemos um momento em que os estudantes questionam o próprio sentido da escolarização e se perguntam qual é, de fato, a finalidade da escola. "Eu tô aqui pra quê? Será que é pra aprender? Ou será que é pra aceitar do jeito que as coisas são e me acomodar e obedecer?" Assim iniciava, em meados da década de 1990, uma canção de grande difusão entre jovens e crianças, de Gabriel O Pensador, intitulada sintomaticamente "Estudo Errado". Em poucas palavras, esta canção questionava qual o papel, de fato, da escola contemporânea? Teria como função primordial o veículo do conteúdo ou somente de conformar moralmente os sujeitos a determinadas regras de conduta?

O sentido das aulas tem se perdido ao longo

do tempo. A relação entre professor e aluno já não é mais a mesma que existia antigamente, quando era sustentada por uma obediência quase cega ao docente, muitas vezes reforçada por práticas autoritárias, ameaças e até expulsões — especialmente nos séculos XIX e XX. Diante disso, surge a pergunta: por que essa mudança ocorre hoje? O que há, afinal, com o alunado contemporâneo?
Com a ampliação e garantia do direito à educação, bem como o direito de aprender, ser respeitado e incluído, o modelo tradicional de ensino — baseado na força do autoritarismo — perdeu sua legitimidade. O acesso democrático ao espaço escolar deslocou o papel do professor, que já não pode recorrer a práticas coercitivas típicas de uma escola excludente, mas deve construir sua autoridade a partir do diálogo, do conhecimento e do respeito mútuo. Este estudo tem como propósito analisar de que maneira a postura docente e a compreensão da autoridade no contexto escolar influenciam o interesse dos alunos, a dinâmica da indisciplina e o sentido atribuído às práticas pedagógicas contemporâneas. Busca-se investigar como a recorrente confusão entre autoridade e autoritarismo interfere nas relações educativas, contribuindo para o aumento de comportamentos reativos e para o enfraquecimento do vínculo pedagógico.
Para responder a estes questionamentos, levanto algumas hipóteses:
A autoridade tem sido confundida com autoritarismo, o que provoca um aumento significativo dos episódios de indisciplina. Quando o professor exerce o poder de forma rígida ou coercitiva, em vez de dialogada e ética, os alunos tendem a reagir com resistência, contestação ou desinteresse.
Professores com formação fragilizada, sem objetivos claros, organização ou postura adequada em sala de aula, acabam contribuindo para o surgimento de comportamentos indisciplinados. A ausência de segurança profissional, domínio de conteúdo e coerência nas práticas pedagógicas compromete a autoridade docente e afeta a dinâmica do ambiente escolar.
Uma formação bem estruturada, baseada em princípios libertários e reflexivos, favorece a construção de professores mais confiantes, menos autoritários e mais abertos ao diálogo. Educadores com sólida fundamentação teórica e postura ética tornam-se parceiros no processo de aprendizagem, o que reduz comportamentos reativos dos alunos e diminui a indisciplina.
Para falar sobre este assunto, me embasei nos seguintes autores: Julio Groppa Aquino no livro “Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos” e Paulo Freire “Pedagogia da Autonomia”.

DESENVOLVIMENTO
A escola constitui o principal espaço de concretização da relação entre aluno e professor — uma relação institucionalizada que envolve rotinas, regras, normas de convivência e expectativas próprias de cada sujeito envolvido no processo educativo. Como toda relação institucional, seu funcionamento depende de condições fundamentais que garantam a organização, a mediação dos conflitos e a construção do conhecimento, entre elas a presença da autoridade docente como elemento regulador das interações no ambiente escolar. A autoridade, nesse contexto, não se limita ao exercício do poder formal, mas refere-se à legitimidade do professor enquanto mediador do saber, responsável por orientar, conduzir e organizar o processo pedagógico de forma ética e responsável.
Entretanto, em virtude de uma trajetória histórica marcada por práticas colonizadoras, patriarcais e hierarquizantes, ainda persiste, no âmbito educacional, uma frequente confusão entre os conceitos de autoridade e autoritarismo. Tal confusão resulta, muitas vezes, na adoção de práticas pedagógicas rígidas e impositivas, nas quais a autoridade é exercida por meio da coerção, da imposição de regras sem diálogo e da supressão da autonomia discente. Essas práticas tendem a fragilizar as relações pedagógicas, pois geram resistência, desmotivação e comportamentos de contestação por parte dos alunos, contribuindo para o aumento dos episódios de indisciplina escolar.
Dessa forma, torna-se fundamental compreender a autoridade docente como uma construção relacional, baseada no respeito mútuo, na competência profissional, na

clareza dos objetivos pedagógicos e na postura ética do educador. Quando dissociada do autoritarismo, a autoridade assume um caráter formativo, favorecendo o diálogo, a participação dos alunos e a construção coletiva das normas de convivência. Assim, o fortalecimento de uma autoridade pedagógica legítima revela-se um elemento essencial para a promoção de um ambiente escolar mais democrático, organizado e propício ao desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

De acordo com o dicionário Aurélio, autoridade refere-se ao direito ou poder de fazer-se obedecer, dar ordens, tomar decisões e agir. Já o autoritarismo corresponde ao exercício do poder de forma rígida e impositiva, caracterizado pela ausência de liberdade de expressão e de ação.

A partir dessas definições, o autoritarismo na escola pode ser entendido como a imposição de força para que os alunos aprendam sem reflexão, sem diálogo e com obediência inquestionável. Nesse modelo, o professor assume o poder de determinar ações e comportamentos de forma unilateral, legitimado sobretudo nas fases iniciais da escolarização, quando a diferença etária e física favorece sua posição de autoridade absoluta. Tal prática se perpetuou por gerações, mas encontra fortes resistências quando os estudantes alcançam a adolescência, momento no qual passam a questionar, confrontar e desestabilizar esse modo tradicional de ensinar.

Por outro lado, a autoridade na escola deve ser compreendida como um exercício ético e democrático, fundamentado na segurança que o professor demonstra em relação ao conhecimento que ensina e nas regras de convivência estabelecidas coletivamente. Essas regras, quando construídas em conjunto e aplicadas de maneira justa, garantem um ambiente de aprendizagem acessível, inclusivo e respeitoso, no qual a autoridade não exclui a autonomia, mas a orienta.

Sobre questão de autoridade, Luna citado em Silva (2009, p. 2) enfatiza:

(...) o professor com autoridade é aquele que deixa transparecer as razões pelas quais a exerce: não por prazer, não por capricho, nem mesmo por interesse pessoais, mas por um compromisso genuíno com o processo pedagógico, ou seja, com a construção de sujeitos que, conhecendo a realidade, disponha-se a modificá-la em consequência com um sujeito. Silva (2009, p. 2)

Desse modo, a autoridade na escola deve ser democrática, construída por ambos. Os educandos precisam aceitar e entender o porquê das regras e combinados. Porém abrir mão dessa autoridade seria um risco assumido pelo professor, e ao mesmo tempo, exercê-la de forma excessiva pode levá-lo a ter uma postura de autoritarismo -uma autoridade sem limite, com exagero, tornando uma "máquina", que não possa expressar a sua individualidade e nem externa a sua insatisfação ou angústia de um determinado assunto ou regra estabelecida.

Bohoslavsky (1981, p.321) formulou as seguintes prerrogativas:

[...] (1) que o professor sabe mais que o aluno; (2) que o professor deve proteger o aluno de que este não cometa erros; (3) que o professor deve e pode julgar o aluno; (4) que o professor pode determinar a legitimidade dos interesses do aluno; (5) que o professor pode e/ou deve definir a comunicação possível com o aluno.

É inegável que o professor deve possuir um domínio mais amplo e consistente do conteúdo que se propõe a ensinar, pois a confiança dos alunos está diretamente relacionada à segurança demonstrada pelo educador. Essa segurança, por sua vez, decorre do conhecimento teórico e da competência profissional construídos ao longo de sua formação. Quando essa relação se inverte — isto é, quando o professor demonstra fragilidade ou desconhecimento sobre o que ensina — a dinâmica pedagógica tende a se desestabilizar. Nesses casos, os papéis podem se confundir, a relação de confiança se fragiliza e a autoridade docente se deteriora, uma vez que ela depende, fundamentalmente, do lugar que o professor ocupa enquanto agente responsável pela mediação do conhecimento.

O autoritarismo constitui uma característica

marcante de modelos escolares pautados por sistemas rígidos, nos quais o professor é concebido como detentor de um poder inquestionável e de um conhecimento considerado absoluto. Nesse paradigma, as normas e regras impostas devem ser obedecidas sem contestação, reforçando uma lógica verticalizada e pouco dialógica de relacionamento pedagógico. No entanto, esse modelo tradicional de escolarização, estruturado na subordinação e na obediência cega, já não é considerado ideal por grande parte dos estudiosos da educação contemporânea. As transformações sociais, políticas e culturais das últimas décadas evidenciam que práticas autoritárias não apenas inibem a autonomia e o pensamento crítico dos estudantes, mas também dificultam a construção de vínculos educativos significativos.

Diante desse cenário, emerge uma questão central para o debate educativo atual: como exercer autoridade sem incorrer em práticas autoritárias? A resposta passa por compreender que a autoridade docente não se fundamenta na imposição ou no controle coercitivo, mas na legitimidade construída a partir da competência, da ética, da clareza de objetivos e da capacidade de dialogar com os alunos. Assim, a autoridade deixa de ser um mecanismo de poder e passa a constituir-se como uma mediação necessária ao processo educativo, orientada para a formação crítica, a participação e o respeito mútuo.

Segundo Groppa (2000, p.89), as pesquisas sobre o cotidiano escolar testemunham que a questão disciplinar se constitui, atualmente, como uma das queixas principais dos educadores quanto ao trabalho pedagógico. Antigamente, uma queixa como essa jamais seria feita por um professor, pois as salas tinham silêncio absoluto, os movimentos corporais nitidamente contidos. Porém, o mundo mudou, os alunos mudaram. Podemos considerar essa situação como uma causa

Com a crescente democratização política do país, e o distanciamento nas relações sociais, uma nova geração se criou, e novos alunos surgiram. Hoje temos nas salas de aulas sujeitos históricos, mas ao mesmo tempo, guardamos a imagem daquele aluno submisso e temeroso. Tanto o papel do aluno, como o do professor mudou. A escola se tornou um espaço social democrático, onde todos são seres pensantes, e todos possuem o direito de questionar. Porém alguns alunos não conseguem entender determinados parâmetros morais como: permeabilidade a regras comuns, partilha de responsabilidades, reciprocidade, cooperação, solidariedade, respeito mútuo, etc., parâmetros esses primordiais para a convivência em grupo. (GROPPA, 2000)

Muitos educandos estão assumindo um comportamento de rebeldia, indiferença, ou ainda desrespeito e falta de limites. Os professores estão tendo que se responsabilizar da tarefa de estruturar esses alunos psicologicamente antes da intervenção pedagógica, sendo que isso é responsabilidade do âmbito familiar. (GROPPA, 2000). Em meio a tudo isso, a postura do professor tem perdido a verdadeira função.

Para Júlio Groppa, compreender a indisciplina exige a formulação de três hipóteses centrais.

A primeira delas afirma que “o aluno de hoje em dia é menos respeitador do que o aluno de antes, e que, na verdade, a escola atual teria se tornado muito permissiva, em comparação ao rigor e à qualidade da educação de antigamente” (p. 104).

Ao reexaminar essa hipótese, o autor ressalta que tal explicação possui um caráter predominantemente histórico, uma vez que os padrões de qualidade do ensino na atualidade diferem significativamente daqueles do passado. Assim, a comparação direta entre as duas épocas não é suficiente para justificar o comportamento dos estudantes. Como caminho possível, Groppa defende que, enquanto educadores, devemos assegurar uma escola de qualidade. Quando garantimos esse direito fundamental, que pertence a todos os alunos, criamos um ambiente que favorece o retorno do respeito, estabelecendo relações pedagógicas mais equilibradas e produtivas.

A segunda hipótese apresentada por Júlio Groppa refere-se ao aluno “sem limites”. Trata-se de uma explicação de cunho psicológico, baseada na suposição de que as crianças de hoje não reconhecem a autoridade e

não possuem limites claramente definidos. Essa falta de referência estaria associada à permissividade de alguns pais, que, ao adotarem práticas educativas mais flexíveis ou pouco estruturadas, acabam criando barreiras para o trabalho do professor em sala de aula. Diante disso, o docente muitas vezes se vê "refém" das vontades das crianças, o que interfere diretamente no processo pedagógico e no exercício equilibrado da autoridade escolar.
Como solução para esse problema, pais e professores precisam reconhecer seus papéis, admitindo um consenso que muitas vezes é esquecido de que aluno não é filho, e professor não é pai. Equivocadamente no meio pedagógico dizem "para ser professor, é preciso antes ser um pouco pai" (p. 111). Segundo Groppa esse tipo de enfrentamento do trabalho pedagógico é desaconselhável por três razões:
- Desqualificação da qualificação e do talento específico do professor;
- Desvio de função;
- Quebra do "contrato" pedagógico.

A terceira hipótese seria o aluno "desinteressado". Para os professores, os alunos não veem a sala de aula tão atrativa quanto os outros meios de comunicação, por isso a falta de interesse e apatia em relação à escola. A saída então seria se modernizar com o uso de recursos mais atraentes e assuntos mais atuais.
Paulo Freire (1996, p.38) enfatiza que "ensinar exige reflexão crítica sobre a prática":

[...] Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática. FREIRE (1996, p.38)

Então devemos analisar uma quarta hipótese para a questão da indisciplina, com uma visão alternativa de cunho escolar, para que possamos olhar com outros olhos a indisciplina. Talvez, as relações estabelecidas na sala de aula, não está de acordo com as expectativas dos envolvidos. É preciso repensar os conteúdos específicos e os métodos utilizados.
O autor Julio Groppa define quatro premissas pedagógicas fundamentais. São elas:
- o conhecimento: o objeto exclusivo da ação do professor;
- a relação professor-aluno: a distinção entre os papéis de aluno e professor deve ser preservada;
- a sala de aula: é o local onde a educação escolar acontece;
- o contrato pedagógico: é o regulador, nele encontramos as regras de convivência que orientam o funcionamento da sala de aula.

Com essas premissas, a indisciplina não vem existir, uma vez que a sala de aula se torna um ambiente de aprendizagem, onde cada um sabe seu papel, as regras são decididas em conjunto, e a autoridade é exercida de maneira democrática. Também é preciso pensar na afetividade, ela deve existir, porém não pode interferir no cumprimento ético do dever do professor no exercício de sua autoridade. "A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança, ou da permanência do hoje." (FREIRE, 1996, p.143)

Vimos até aqui a indisciplina como uma das maiores causas no conflito entre autoridade e autoritarismo. Para concluirmos, podemos levantar mais uma causa frequente na sala de aula: A formação fragilizada e falta de segurança do professor.
Paulo Freire, enfatiza que "ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade". (1996, p. 91)
[...] A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério a sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe.FREIRE (1996, P.91)
Com isso, podemos concluir que a falta de

competência profissional desqualifica a autoridade do professor. É preciso, ainda, que essa relação seja marcada pela generosidade. O clima de respeito não se impõe, mas nasce de relações justas e equilibradas, nas quais a autoridade do professor não se confunde com autoritarismo, e a liberdade do aluno não se transforma em descompromisso. Quando a autoridade docente é exercida com responsabilidade, ética e sensibilidade, ela orienta, organiza e dá sentido ao processo educativo. Ao mesmo tempo, a liberdade do estudante, compreendida como autonomia em construção, assume um caráter formador dentro do espaço pedagógico. Assim, autoridade e liberdade deixam de ser forças opostas e passam a constituir elementos complementares na construção de um ambiente de aprendizagem mais humano, democrático e transformador.

CONCLUSÃO

A discussão sobre autoridade e autoritarismo no contexto escolar revela-se essencial para compreender os desafios contemporâneos vivenciados por professores e alunos no cotidiano das instituições de ensino. Ao longo deste estudo, foi possível perceber que a indisciplina, frequentemente atribuída exclusivamente aos estudantes, não pode ser analisada de forma isolada ou simplista. Ela emerge, ao contrário, de uma complexa teia de fatores históricos, sociais, pedagógicos e institucionais que moldam as práticas educativas e as relações humanas que se estabelecem na escola.

A análise das contribuições de Júlio Groppa Aquino e Paulo Freire mostrou que a autoridade docente, quando exercida de forma ética, democrática e dialogada, constitui um elemento estruturante da prática pedagógica. A autoridade, nesse sentido, difere radicalmente do autoritarismo: enquanto a primeira se fundamenta na competência, no compromisso e no respeito mútuo, o segundo se baseia na imposição, na coerção e na negação da voz do educando. A escola historicamente sustentou práticas autoritárias, legitimadas por uma cultura patriarcal e disciplinadora, mas este modelo tornou-se incompatível com a democratização das relações sociais e com o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes.

O estudo reforça que a autoridade democrática não pressupõe permissividade, mas sim uma postura docente que articula firmeza, clareza e abertura ao diálogo. O papel do professor, portanto, não é o de um detentor absoluto do saber, mas o de um mediador comprometido com a formação autônoma dos alunos. Freire é incisivo ao afirmar que ensinar exige rigorosidade ética, reflexão crítica e competência profissional — condições indispensáveis para que o professor exerça sua autoridade de modo legítimo e transformador.

Outro aspecto central desta análise diz respeito à formação docente. A fragilidade na formação inicial e continuada, somada às condições desfavoráveis de trabalho, têm contribuído para a insegurança profissional e, consequentemente, para o enfraquecimento da autoridade do professor em sala de aula. Sem domínio teórico, clareza metodológica e postura ética, o docente torna-se vulnerável à perda de controle da turma e ao desgaste emocional. Freire enfatiza que a autoridade só se sustenta quando acompanhada da competência; portanto, investir na formação crítica e sólida do professor não é apenas desejável, mas indispensável para o bom funcionamento da escola.

Também se observou que a indisciplina não pode ser compreendida apenas como um problema comportamental dos alunos, mas como um indicador relacional que aponta falhas na organização da sala de aula, no contrato pedagógico e na comunicação entre professor e estudantes. A escola precisa reconhecer que os alunos de hoje são sujeitos históricos, críticos e inseridos em uma sociedade marcada por rápidas transformações culturais e tecnológicas. Exigir que se comportem como estudantes de décadas passadas é desconsiderar sua realidade e ignorar suas formas contemporâneas de estar no mundo. Assim, torna-se evidente que o enfrentamento da indisciplina deve passar por uma revisão das práticas pedagógicas, pela construção conjunta de regras de convivência, pela valorização da escuta e pela oferta de um ambiente escolar que promova respeito, cooperação e sentido no ato de aprender. Uma autoridade docente alicer-

çada em princípios democráticos é capaz de criar condições para que o aluno participe ativamente do processo educativo, compreenda as razões das normas e encontre significado naquilo que lhe é ensinado.

Por fim, a análise apresentada permite afirmar que está, de fato, nas mãos do professor grande parte da responsabilidade pela construção de um clima educativo equilibrado e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Contudo, isso não significa responsabilizar individualmente o docente, mas reconhecer que sua ação está profundamente ligada à qualidade da sua formação, ao suporte institucional e à cultura escolar que o cerca. Autoridade e liberdade não são polos opostos, mas dimensões complementares que, quando articuladas de modo ético e consciente, contribuem para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de participar da construção de uma sociedade mais justa.

A sala de aula continua sendo um dos espaços mais potentes para a reinvenção do ser humano. Nela, professores e alunos se encontram para aprender, ensinar, questionar e construir coletivamente novos sentidos para a educação. O desafio contemporâneo não é recuperar um modelo disciplinar ultrapassado, mas fortalecer uma autoridade que eduque, que emancipe e que reconheça o outro como sujeito — nunca como objeto — da prática educativa.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GROPPA, J. Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos. São Paulo: Summus,2000.